

PROCESSO TCE N° 132.189

ENTIDADE: Fundo de Apoio ao Cooperativismo - FAC

RESPONSÁVEIS: Sebastião Sibá Machado Oliveira e Michel Marques Abrahão

OBJETO: Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2018

RELATOR: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ACÓRDÃO Nº 11.556/2019

PLENÁRIO – TCE/AC

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. FUNDO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. REGULARIDADE COM RESSALVA.

Diante da ausência de movimentação orçamentária e financeira do Fundo no exercício analisado, cabe o julgamento das contas como regulares com ressalva, bem como a notificação do Presidente da Assembleia Legislativa e do Governador para tomarem as medidas necessárias em face da inoperância do Fundo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator: 1)** pela **regularidade com ressalva** das contas do Fundo de Apoio ao Cooperativismo - FAC, referentes ao exercício de 2018, de responsabilidade dos Senhores Sebastião Sibá Machado Oliveira e Michel Marques Abrahão, com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, valendo como ressalva a inoperância do Fundo; **2)** pela **notificação do Presidente da Assembleia Legislativa** e do **Governador do Estado do Acre** do teor desta Decisão para que promovam as medidas que julgarem necessárias, em face da ausência de operacionalização do Fundo; e **3)** pela **notificação** dos Senhores **Sebastião Sibá Machado Oliveira e Michel Marques Abrahão** para conhecimento desta Decisão. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 12 de dezembro de 2019.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Presidente do TCE/AC, neste feito

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do Ministério Público de Contas

PROCESSO TCE N° 132.189

ENTIDADE: Fundo de Apoio ao Cooperativismo - FAC

RESPONSÁVEIS: Sebastião Sibá Machado Oliveira e Michel Marques Abrahão

OBJETO: Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2018

RELATOR: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Prestação de Contas Anual do Fundo de Apoio ao Cooperativismo - FAC, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade dos Senhores Sebastião Sibá Machado Oliveira (01 de janeiro de 2018 a 27 de março de 2018) e Michel Marques Abrahão (05 de abril 2018 a 31 de dezembro de 2018), encaminhada à este Tribunal conforme estabelece o art. 71, inciso II, da Constituição Federal de 1988, art. 61, inciso II, da Constituição Estadual, art. 36, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 e art. 6º, inciso III, do Regimento Interno e Resolução TCE/AC nº 087/2013.

As contas foram enviadas tempestivamente no dia 30 de abril de 2019, conforme Declaração de Veracidade de folha 01, em observância ao artigo 2º, § 2º, inciso II, alínea h, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

A 1ª Inspeção Geral de Controle Externo - IGCE, emitiu Relatório de Análise Técnica, de folhas 76/77, dando conta de que foram encaminhados todos os anexos exigidos pela Resolução TCE/AC nº 087/2013 (5ª Edição), inclusive o Parecer do Controle Interno (folhas 52/56), tendo sido demonstrado que o referido Fundo não apresentou movimentação financeira e orçamentária no exercício de 2018. Nessa esteira, propôs o julgamento das contas como regulares, com fundamento no artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993.

Remetidos os autos ao Ministério Público de Contas, este se manifestou por intermédio de sua Ilustre Procuradora Anna Helena de Azevedo Lima, à folha 82, pela regularidade com ressalva das contas, valendo como ressalva a inoperância do Fundo, bem como pela notificação dos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Estadual para que promovam as medidas que julgarem necessárias.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

É o RELATÓRIO.

Rio Branco – AC, 12 de dezembro de 2019.

VALMIR GOMES RIBEIRO
Conselheiro-Relator

PROCESSO TCE N° 132.189

ENTIDADE: Fundo de Apoio ao Cooperativismo - FAC

RESPONSÁVEIS: Sebastião Sibá Machado Oliveira e Michel Marques Abrahão

OBJETO: Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2018

RELATOR: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO VALMIR GOMES RIBEIRO

(Relator):

Observa-se dos autos que a presente Prestação de Contas foi elaborada em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/2000, com a Lei Federal nº 4.320/1964 e com a Resolução TCE/AC nº 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Resolução TCE/AC nº 87/2013).

Conforme destacado pelo Parecer do Controle Interno (folhas 52/56) o Fundo de Apoio ao Cooperativismo - FAC foi criado através da Lei Estadual nº 1.598, de 27 de dezembro de 2004, mas que no exercício de 2018 o fundo não realizou abertura de processos licitatórios, como também não houve movimentação de processos de pagamentos de despesas nem alteração e/ou variação de patrimônio.

Da análise dos autos, constatou-se que não houve movimentação de recursos financeiros pelo referido Fundo no exercício de 2018, conforme evidenciado nos Balanços Orçamentário e Financeiro, e Balanço Patrimonial às folhas 69/74.

Diante do exposto, visto e analisado o presente processo, e ainda consubstanciado na Análise Técnica da 1ª Inspeção Geral de Controle Externo de folhas 76/77, bem como no douto Parecer do Ministério Público de Contas de folha 82, **concluo votando:**

1. pela **regularidade com ressalva** das contas do Fundo de Apoio ao Cooperativismo - FAC, referentes ao exercício de 2018, de responsabilidade

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- dos Senhores Sebastião Sibá Machado Oliveira e Michel Marques Abrahão, com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, valendo como ressalva a inoperância do Fundo;
2. pela **notificação** do **Presidente da Assembleia Legislativa** e do **Governador do Estado do Acre** do teor desta decisão para que promovam as medidas que julgarem necessárias, em face da ausência de operacionalização do Fundo; e
 3. pela **notificação** dos Senhores **Sebastião Sibá Machado Oliveira e Michel Marques Abrahão** para conhecimento desta Decisão;

Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como **VOTO**.

Rio Branco – AC, 12 de dezembro de 2019.

VALMIR GOMES RIBEIRO
Conselheiro-Relator